

Ruído e fato

• O pacote não está sob risco de ser rejeitado. O aumento do Imposto de Renda é o único que pode cair a curto prazo, por força das resistências, mas isto é apenas 5% do ajuste. As 19 medidas que passam pelo Congresso representam R\$ 3 bilhões, 15% do pacote. Dependem exclusivamente do Executivo 85% do pacote. A decisão de vender os recebíveis da Eletrobrás foi uma vitória sobre o corporativismo, mas quase provocou uma crise.

Este clima de oposição e resistência é culpa do Governo. Ele errou quando misturou gasolina e Imposto de Renda de trabalhador num pacote feito para ser de corte de despesas. As reações foram entendidas pelos investidores como risco de não aprovação do pacote inteiro e isto foi gasolina pura na especulação. Bancos interessados em desvalorização passaram a dizer que este teria que ser forçosamente o próximo passo.

E o Governo não estava distribuindo custos, quando fez isto. Estava cometendo um erro de alvo e estratégia, como já disse aqui.

Mas o pacote tem méritos inegáveis. Pouco se falou num desses avanços: o da decisão de pôr os recebíveis da Eletrobrás no Plano Nacional de Desestatização. Não foi uma decisão fácil e provocou uma crise com o ministro Raimundo Brito, contornada depois de muita conversa na segunda-feira.

Havia uma briga antiga entre o BNDES e a Eletrobrás. A estatal queria usar tudo o que tem a receber de Itaipu, e outras fontes, para se capitalizar: uma montanha de dinheiro que só de Itaipu é de US\$ 18 bilhões.

Assim, mesmo depois de vendidas todas as elétricas, a Eletrobrás continuaria sendo a poderosa no setor. Seria o banco: o "BNDES do E", segundo apelido dado dentro da equipe

econômica.

O ministro Raimundo Brito, a bem da verdade, não incorporava este lobby e estaria disposto a adotar a decisão do Governo. Só que no calor do domingo a decisão foi tomada e o ministro não foi informado, o que o deixou, claro, furioso, na segunda.

O que ficou afinal decidido foi que este ativo será tomado da Eletrobrás. Ele será securitizado e lançado no mercado internacional e seu resultado vai abater dívida interna. Há uma alternativa que é a de fazer um swap (operação de troca de papéis) desta primeira parcela (US\$ 6 bilhões) por bradies (títulos da dívida brasileira). De qualquer maneira, estes recebíveis vão ajudar o ajuste fiscal. A Standard & Poor's já foi consultada e deu orientação sobre como fazer para que estes papéis consigam boa classificação das empresas de rating.

Este pacote tem alguns equívocos e muitos méritos. Mas o importante a reter é que parte dele tem efeito imediato na melhoria das contas públicas e na redução das vulnerabilidades que nos atormentam neste momento. É dinheiro na veia. Por exemplo: o item que repassa ao Tesouro os dividendos dos bancos federais tem endereço certo: o US\$ 1 bilhão de lucro do BNDES este ano. Dinheiro que já está no caixa do banco.